

ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-7-2021.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Bruna Rodrigues, Karen Santos, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 230, 239 e 243/21 (Processos nºs 0597, 0615 e 0620/21, respectivamente), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 163/21 (Processo nº 0425/21), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 024/21 (Processo nº 0090/21), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Resolução nº 033/21 (Processo nº 0644/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 183/21 (Processo nº 0482/21), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 255/21 (Processo nº 0640/21), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo nº 254/21 (Processo nº 0639/21), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino. Também, foi apregoado o Ofício nº 1094/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/21 (Processo nº 0680/21). Ainda, foi apregoado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia primeiro ao dia cinco de julho do corrente, tendo o Presidente informado que Conselheiro Marcelo fora empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, integrando a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas e Aldacir Oliboni. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Bruna Rodrigues, Reginete Bispo, Matheus Gomes, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Após, foi apregoado o Memorando nº 027/21, da

Seção de Registros e Anais, informando que, em face do registro de presença de Bruna Rodrigues na presente sessão, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, restou sem efeito sua licença para tratar de interesses particulares, bem como a substituição por Giovani e Coletivo, pelo dia cinco de julho do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos e Bruna Rodrigues. Às quinze horas e vinte e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, Aldacir Oliboni formulou requerimento verbal solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, o qual, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, teve sua apreciação declarada nula e foi indeferido pelo Presidente. Em Votação Nominal, foi apreciado, em 2º Turno, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Jonas Reis, Aírto Ferronato, Roberto Robaina e Daiana Santos. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Leonel Radde. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Subemenda nº 02 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mauro Zacher, ao

Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 222/16 (Processo nº 2220/16), e foi aprovado requerimento de autoria de Mauro Zacher, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 035/21 (Processo nº 0118/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/18 (Processo nº 0796/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 151/20 (Processo nº 0356/20). Foi aprovado requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 151/20 à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 151/20. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 151/20. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 039/21 (Processo nº 0073/21), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Alexandre Bobadra, Karen Santos, Jonas Reis, Mauro Pinheiro, Jessé Sangalli, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Pedro Ruas. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezessete horas e vinte e dois minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Claudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo Memorando nº 026, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde no período de 1º a 05 de julho de 2021. O suplente Conselheiro Marcelo foi empossado na vereança no dia 1º de julho de 2021, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição;

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a imprensa registra hoje uma posição do prefeito Sebastião Melo que é esclarecedora em vários aspectos. No final do ano passado, o prefeito se declarou um bolsonarista, apoiador do Presidente Jair Bolsonaro. Durante a gestão, a partir de janeiro, diversas vezes o prefeito tentou fazer uma desvinculação: particularmente nos momentos em que houve os ataques brutais à Procempa, que extinguiram, na prática, sua atuação, depois na questão dos servidores, que nós temos votação hoje, e também na questão da Carris, o prefeito procurou mostrar, digamos, uma face de gestor, algo assim elaborado ao longo de anos. O próprio prefeito gosta de falar que, sendo do MDB, combateu a ditadura militar, enfim, mas hoje está na imprensa que ele é um bolsonarista, tanto é um bolsonarista que ele pretende que o MDB não lance candidato enquanto não definir o apoio ao atual Presidente da República. Ora, o Brasil nunca viveu um momento tão dramático do ponto de vista da péssima imagem internacional como vive agora, nunca viveu. O Presidente Bolsonaro é visto como um homem que incentiva o desmatamento na Amazônia, é conhecido, no mundo, como alguém que não tomou as providências contra a Covid-19, por negar a existência dessa doença brutal, que já matou mais de meio milhão de brasileiros, que ele chamava de gripezinha, e nós temos, portanto, milhões de famílias enlutadas por conta daquilo que é o negacionismo do Presidente, e que continua, por sinal, fazendo grandes concentrações de motocicleta, enfim, sorrindo, brincando, como se o País não vivesse essa tragédia brutal. E mais: o Presidente Bolsonaro é, sim, um homem que se dedica à destruição do serviço público. Ele tem as suas convicções quanto a isso, e eu não vou discutir aqui o Presidente Bolsonaro, meu papel é discutir a posição do prefeito e que ele tenha coerência.

O prefeito faz o que faz por ser um bolsonarista, por isso é importante a gente ter isso claro, porque, muitas vezes, ex-colegas do prefeito aqui na Câmara – como é meu caso, o caso do Ferronato e o caso de muitos outros vereadores, inúmeros, o Oliboni, nosso líder do PT – costumam associar a imagem do Melo, ou buscar isso, a uma coerência com aquele Melo que foi nosso colega vereador. Não há essa possibilidade. Esse prefeito é um bolsonarista, é um seguidor do Bolsonaro, um apoiador do Bolsonaro, como muita gente por aí – felizmente já são minoria no Brasil, cada vez menos. Ele, como prefeito, segue a cartilha bolsonarista, que é uma cartilha de desmonte do serviço público, de ataque ao servidor público, de negação da ciência, os famosos terraplanistas, aqueles que acham que a terra é plana, que chega-se numa borda e se pode cair no vácuo, são as mulheres e homens que, como vários desse gabinete paralelo, que acreditavam que teríamos poucas vítimas, inclusive o deputado Osmar

Terra chegava a falar em 800 a 1.000 vítimas da Covid-19, mas superamos o meio milhão, longe, infelizmente, são pessoas que querem, sim, que os brasileiros tomem cloroquina, ivermectina – ivermectina é para vermes e cloroquina é um remédio para lúpus.

Esse é o Presidente da República, e esse é o prefeito de Porto Alegre, que o segue e que o quer como candidato do seu partido, o que envergonha a história do próprio MDB; o MDB, forjado no combate à ditadura militar, na oposição à ditadura militar, fica numa contradição absurda com a proposta do Melo, absurda! Negar, combater a ditadura militar e prestigiar, querer como seu Presidente quem defende a ditadura militar é um ato brutal de insanidade.

Brutal! Não tem como definir de outra maneira. É uma vergonha para todos nós, e é uma circunstância que coloca Porto Alegre no atraso absoluto em relação a outras capitais do Brasil, capitaneando o Estado, como capital, porque é bolsonarista, sim, e se assume, não quer nem que o MDB decida outro candidato que não seja o Bolsonaro, mesmo vendo no Brasil inteiro, aliás, no mundo – porque houve manifestações fora do País – protestos gigantescos contra a política genocida do Jair Bolsonaro. Pois é esse Presidente genocida que o prefeito de Porto Alegre quer como candidato do MDB. Esse registro, Presidente, não posso deixar passar. Não confundam o antigo vereador Melo com o atual prefeito bolsonarista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas havia se inscrito antes do requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, que solicitou a alteração da ordem dos trabalhos. O requerimento precisa ser apreciado, a não ser que a vereadora abra mão, porque o Ver. Oliboni gostaria de falar em liderança, Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.)

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, trabalhadores municipais, cidadãos e cidadãs; neste final de semana, houve um ato contra o governo federal, isto é, o "fora Bolsonaro". Nós percebemos que em todos esses movimentos que aconteceram de norte a sul do Brasil houve um aumento significativo de participantes, por isso nós achamos mais certo do que nunca que Bolsonaro deveria renunciar à presidência da República, mas, como não o quer, portanto deverá sofrer o *impeachment* com o que está acontecendo na CPI do Senado, pois percebemos que o escândalo da corrupção está em todo o seu governo, principalmente na compra de vacinas, Ver.^a Reginete. Nesse sentido, nós observamos, inclusive, que tem uma ramificação com os estados e os municípios, porque não é por acaso, que aqui, em todos os municípios do interior – em grande parte deles –, foi feita uma imunização aos cidadãos e cidadãs com vacinas vencidas. Vacinas vencidas! Os senhores viram essa notícia, esta semana? Vacinas vencidas, um número significativo

de cidadãos e cidadãs foram imunizados com vacinas vencidas. Quem é o responsável aqui em Porto Alegre ou no interior do Estado, é o governo ou são os prefeitos? Nós queremos buscar essa resposta. Portanto, vamos encaminhar à Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM para que o prefeito e o secretário de saúde se manifestem acerca desse tema.

Por outro lado, nós percebemos, senhoras e senhores, colegas vereadoras e vereadores, que hoje à tarde o governo quer inclusive já mudar para a Ordem do Dia e votar em 2º turno o projeto do Previmpa. Nesse sentido, para poder, segundo o governo, atender à pauta das entidades que ora articulavam para votar o PELO nº 002, que é a reforma da Previdência, é uma obviedade que, enquanto não votado esse projeto, não tem como mandar um outro tentando modificar o projeto ainda não concluso, não votado. Portanto há uma incongruência que eu queria que a Diretoria Legislativa e que a Procuradoria da Casa pudesse se manifestar acerca disso. Nobre Presidente, V. Exa. está ouvindo? Este projeto não foi concluso, portanto não há como votarmos um outro projeto ou protocolar um outro PELO se referindo ao projeto votado na Casa, com retificações. Poderia ser feito anteriormente por uma mensagem retificativa, mas não mandar um projeto de lei se referindo ao projeto, se ele não foi concluso. Esse acordo, que tem uma crítica enorme de um número significativo de trabalhadores, até porque essas entidades representam apenas duas mil pessoas, não representa a vontade dos servidores públicos e, mais do que isso, o acordo é tão mal feito que o governo tenta explicar algo e se contradiz, ao mandar um projeto de lei para a Casa sem ter o projeto original concluso. Portanto, o governo tem que retirar o PELO, esperar concluir o atual projeto de lei para depois, então, apresentá-lo em tempo, se é que quer corrigir aquilo que acordou com as entidades que se manifestaram. Deixamos aqui o alerta, queremos que a Procuradoria se manifeste acerca do tema, e eu pediria, Presidente, que V. Exa. pudesse ter esse cuidado, para não ficarmos aqui recebendo projetos de lei que são extremamente confusos na medida em que não foi votado o projeto original do Previmpa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente, Márcio Bins Ely, sempre parabéns pela sua condução democrática e atenta; vereadoras e vereadores, o requerimento presente, a vereadora proponente tem todo o direito de fazê-lo, mas ele nos remete a uma outra reflexão. Na verdade, o governo coloca para análise de 2º turno definitivo no Legislativo, a questão do Judiciário é um outro debate, uma outra instância, um outro poder, mas nos remete a um dado significativo de análise, a de que a pressa do governo vem acompanhada de uma desconfiança. Vejam bem: o governo não confia no resultado do 2º turno, tanto que não retirou o PLCE que

estabelece o aumento das alíquotas para os servidores municipais. Então o governo não confia, porque não retirou, porque o correto, como disse o Ver. Oliboni, agora há pouco na tribuna, o adequado, o comportamento escorreito, como se chama, seria exatamente o governo retirar o PLCE, porque ele foi o elemento da pressão e foi o elemento da chantagem, em relação ao voto de alguns vereadores, da pressão brutal em cima do Ver. Ferronato, inaceitável, por sinal, mas foi uma pressão muito grande – ele chegou a ser atacado, brutalmente de uma forma inadequada na tribuna. Eu lembro quando o Ver. Janta chegou a dizer que ia fazer uma emenda, passando para 28%, não sendo aprovado o PELO. Então, esse PLCE é carregado de elementos de ameaça brutal aos servidores, mas que, na verdade, se revelou uma ameaça de uma faca de papel. O projeto não tem condições de tramitar, o PLCE. Se fosse lei, seria rapidamente revogada por uma ADIn ou ADI, mas o que nós temos agora é, exatamente, essa tentativa de votar imediatamente o PELO. Bem, nós queremos ainda conversar, nós ainda estamos conversando, ainda estamos dialogando – nós da oposição, não o Executivo e não o prefeito, até por que não temos poder, nós vamos até o final do diálogo. Por isso eu quero encaminhar contrariamente a esse requerimento. Eu acho que não é o momento de inversão da ordem de trabalhos, porque nós ainda temos debates, argumentos e conversas a tratar sobre o PELO a que o prefeito, que o Executivo, quer uma votação definitiva. Por isso, Sr. Presidente, vereadoras e vereadores, eu encaminho contra, uma votação contrária a essa inversão dos trabalhos, porque nos impossibilita, exatamente, continuar esse diálogo, que mesmo que seja de uma sessão, ainda é o que temos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Primeiro, boa tarde, Presidente, colegas, pessoas que nos acompanham a partir da TVCâmara. Eu venho à tribuna encaminhar contrariamente ao requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, porque hoje nós poderíamos estar debatendo os milhões de pessoas que saíram às ruas contra o governo federal, contra esse projeto de morte, contra o negacionismo, que não é por si só negar a saúde e a ciência, mas é também um projeto corrupto de governo.

Eu venho encaminhar, Presidente, porque eu acho que a nossa Câmara de Vereadores, hoje, precisa debater o que os porto-alegrenses foram dizer nas ruas de Porto Alegre. Afinal de contas, foram aí quase 50 mil pessoas que ocuparam as ruas, Ver. Bobadra, contra o governo federal, contra esse projeto corrupto de governar, contra os homens da moral e dos bons costumes, aqueles que na eleição disseram ao povo brasileiro que iriam resolver o problema do Brasil; que, no governo deles não teria corrupção; e que ali, em nome de Deus, eles governavam. Absurdo o que a gente tem visto a partir da CPI. Foram 554 mil vidas perdidas, por troco! Afinal de contas, tu aí

que perdeste o teu familiar, o teu amigo, o teu ente querido, ele só valeu menos de um dólar! Menos de um dólar vale a vida dos brasileiros para os homens da moral e dos bons costumes. Inadmissível! Inadmissível, porque a população brasileira podia estar sendo vacinada, desde o princípio, desde de 2020. Inadmissível, porque esse projeto negacionista tirou a vida de brasileiros e brasileiras. Por que o negacionismo não é ideológico? Porque ele é um projeto, ele é um projeto de morte, que nega o direito das pessoas de terem vacina, que nega o direito das pessoas de terem a comida na mesa, que nega o direito de as pessoas irem e virem e que nega o direito das pessoas terem um trabalho digno; porque não fomos nós que dizemos que o isolamento social era necessário, foi a ciência. E a retomada do comércio e da economia de forma indiscriminada, Presidente, também guiou esse País. E é esse projeto que não salvou os brasileiros e brasileiras do caos que está em vigor. É por isso que nós nos manifestamos contrários ao requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, porque essa Casa Legislativa não é uma ilha, e ela precisa sim corresponder aos anseios da sociedade! Afinal de contas, todos aqui fomos eleitos e eleitas pelos porto-alegrenses. São estes que querem vida, pão e vacina, que querem ter o direito de retomar as suas vidas e que querem ter o direito de não perder os seus entes queridos por menos de um dólar. Esta Casa deveria estar debruçada sobre isso. E é contra esse requerimento e esse projeto que relativiza a vida, que também se manifesta aqui em Porto Alegre que nós nos manifestamos contrários ao requerimento, porque esta Casa precisa se preocupar com a fome, com as nossas crianças que ocupam as nossas sinaleiras e que não vão mais sozinhas para as sinaleiras, que vão com as famílias, porque as mulheres estão preocupadas com seus filhos. E nós precisamos, a Prefeitura de Porto Alegre tem compromisso com isso, precisa estar comprometida com a retirada das nossas crianças da sinaleira; romantizou a abertura das escolas, achou que era só abrir as portas que as nossas crianças iam ocupar os assentos. Negligenciou o vínculo, negligenciou a fome, negligenciou a assistência social e a saúde. E é por isso, é contra tudo isso que nós nos manifestamos, Ver. Pedro Ruas, é contra tudo isso que nós viemos aqui dizer que não concordamos que esta Casa finja que não vê, que ataca servidor público, porque ataca o serviço público de qualidade. Esse, aliás, esse foi o único acesso que as pessoas tiveram, e esse está sendo combatido aqui, com o projeto da reforma da Previdência, com o discurso de que o prefeito precisa fazer caixa para reinvestir. Até agora só ouvi falar do Centro Histórico: as nossas periferias da cidade continuam com o esgoto a céu aberto, as nossas condições continuam sendo negligenciadas. Por isso, a bancada do PCdoB, Presidente, se manifesta contrária ao requerimento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha. Eu venho aqui encaminhar, pela bancada do

Partido dos Trabalhadores, nosso voto contrário a esse requerimento, porque entendemos que estamos vivendo uma situação crítica na nossa cidade e no nosso País. Nos últimos fins de semana, a gente tem observado a manifestação do povo brasileiro, dizendo que chega, chega desse negacionismo, chega de tanta mortandade e chega dessa política genocida que foi implementada no planalto central e que, infelizmente, aqui o nosso governo municipal está alinhado. E nós precisamos, sim, não inverter a Pauta hoje, porque nós precisamos debater isso. Nós temos um projeto que está tramitando, vários projetos complicadíssimos, mas um em especial que é o da reforma da Previdência, que se configurou na maior bagunça, na maior bagunça! Porque é um projeto que eu tenho denunciado, tenho denunciado, é um projeto misógino, porque agride as mulheres frontalmente, as trabalhadoras! Não só penaliza quanto ao tempo de trabalho, mas penaliza também quanto aos direitos à periculosidade, quanto aos direitos em relação ao tempo de trabalho. Então, ele é um projeto que vai contra as mulheres, e nós estamos no século XXI. Se tem parlamentares que acreditam que mulher tem que trabalhar mais, quero dizer que nós somos absolutamente contrários, porque isso foi uma conquista e uma conquista constitucional das mulheres. As mulheres terão menos direito a tempo de insalubridade que os homens nesse projeto. E ele está tão confuso, tão confuso que o governo protocola um outro PELO para retificar um PELO que ainda nem foi aprovado, uma legislação que ainda nem é lei! Então, nós precisamos, sim, de tempo para debater e debater com seriedade com o conjunto dos trabalhadores municipais, não com uma parcela, com o conjunto dos trabalhadores municipais. Então, este requerimento é para evitar que a gente faça esse debate com a profundidade e a seriedade necessárias. Então, nós votamos, a nossa bancada é contra, nós precisamos, sim, discutir essa política adotada aqui no Município, quando ela está questionada nacionalmente. Nós sabemos agora, porque a vacina demorou tanto para chegar, era porque tinha a cloroquina que rendia, não era aquela vacina que poderia cobrar as propinas. Por isso não chegou em tempo hábil para evitar tanta mortandade que ainda acontece. Nós precisamos discutir isso. Basta de bolsonarismo, basta de negacionismo! Essa política nacional de desmonte do serviço público passa por isso. Primeiro, penalizam-se os trabalhadores, os servidores públicos, penaliza, precariza o serviço público para privatizar saúde, educação, como se a iniciativa privada desse conta desses direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras, do povo da nossa cidade. Por isso, Presidente Márcio Bins Ely, nós somos contrários a esse requerimento, queremos tocar a Pauta como está colocada no dia de hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde a todas e todos, cumprimento o Presidente Márcio Bins Ely, os que nos assistem pela TVCâmara, pelas

redes sociais e também os servidores e as servidoras do Município de Porto Alegre que estão representados aqui na Câmara de Vereadores, em frente aos nossos portões, por vários interessados diretamente na discussão que nós vamos fazer aqui hoje, mobilizados para defenderem os seus direitos. O que a gente está debatendo aqui, em última instância, é a certeza de que a aposentadoria não é um privilégio e, sim, um direito da população trabalhadora. Infelizmente, o prefeito Sebastião Melo aderiu completamente ao discurso reformista que foi vendido no Brasil nos últimos anos como solução e que nós vimos que não levou o nosso País a uma melhora das condições de vida da população trabalhadora, não garante os direitos essenciais para reprodução da vida no Brasil. É por isso que a gente está novamente no Mapa da Fome, é por isso que a pobreza não para de aumentar, e são dados esses que se expressam aqui em Porto Alegre. Como nós vimos reportagens nos últimos dias que falam o quanto cresceu o número de crianças em situação de rua ou nas sinaleiras da nossa cidade. Há responsabilidade nisso, porque a deterioração da situação econômica do povo brasileiro é oriunda desse projeto que o Melo está escolhendo aprovar na cidade de Porto Alegre, porque não há nada que diga, com a reforma aprovada lá em Brasília, que Municípios e Estados são obrigados a fazer. Trata-se de uma escolha política, trata-se de um projeto! E nesse sentido, nós somos contra o requerimento para mudar completamente a Pauta, porque nós queremos debater com profundidade isso. Nós queremos, sim, fazer o que é objeto deste Parlamento: discutir os temas, provar os argumentos. Parece que não é isso que a Prefeitura quer fazer. Queria primeiramente aprovar em regime de urgência a reforma da Previdência; sequer ouvir o parecer do Previmpa a Prefeitura queria. Não fosse a oposição, junto com o Simpa, entrar com uma ação judicial, boa parte do debate que a gente fez aqui nesta Casa teria acontecido. Depois apresentaram o projeto em várias reformulações, mas, até o momento, nós estamos diante de uma sonegação de dados e informações estratégicos para a cidade – os cálculos atuariais, vários os estudos que comprovam as questões que estão sendo discutidas –, aliás, com uma máquina de propaganda extremamente questionável. A Prefeitura está apresentando um caminho de mão única para o desenvolvimento de Porto Alegre, e isso representa um perigo gigantesco, não só para o servidor público, mas para todos aqueles que dependem do serviço público nas nossas comunidades. A qualidade de vida da população de Porto Alegre tem no serviço público os seus elementos centrais e começa pela valorização de quem está na ponta. Vejam o que acontece com assistente social aqui em Porto Alegre neste momento. Nós tivemos, na semana passada, uma notícia que escandalizou a cidade de Porto Alegre: o prefeito Sebastião Melo, sem política emergencial para a assistência no inverno, servidores que estão na ponta tendo que lidar com a população em situação de rua numa situação de extrema vulnerabilidade sem condições de exercerem o seu trabalho. Já vimos, nos últimos meses, crise no lixo, dificuldades em várias áreas do serviço público, e agora o prefeito, aprovando essa reforma, podem ter certeza, precariza as condições de vida do conjunto da população trabalhadora. Até porque a garantia dos direitos do servidor público faz com que o conjunto da nossa classe tenha um parâmetro de direitos sociais que é importante de ser mantido, porque o modelo de trabalho que muitos aqui nesta Casa defendem é aquele que nós estamos

vendo explodir aí com acidentes de trabalho, com esses aplicativos que não garantem férias, 13º salário, não garantem os mínimos direitos para a população trabalhadora. Nós estamos debatendo isso aqui. Nós estamos debatendo o futuro da nossa população. O regime de previdência baseado na solidariedade, ele garante uma perspectiva estratégica para a continuidade do serviço público e da garantia de direitos em Porto Alegre. O que vocês estão propondo com essa reforma da Previdência é a desestruturação disso. É uma lógica de que só se aposentam aqueles privilegiados, que aposentadoria não é direito, e isso nós não vamos aceitar. Por isso, neste momento, nós vamos rejeitar este requerimento e nós queremos que os vereadores tenham coragem de subir aqui a esta tribuna e colocar seus argumentos à prova e dizer o que pensam para os trabalhadores, falar a verdade. Depois, não conseguem olhar nos olhos dos trabalhadores lá na frente, porque vieram aqui e não disseram o que pensam de verdade. Tenham coragem de dizer o que vocês pensam para os trabalhadores do Município de Porto Alegre, da Guarda Municipal, da educação, da saúde, da assistência, tenham coragem de fazer isso, porque nós temos.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pergunto se mais algum vereador encaminha em nome de alguma bancada? (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o Memorando nº 027, de autoria da Seção de Registros e Anais, retificando o Memorando nº 022/21, quanto ao período da Licença para Tratar de Interesses Particulares da vereadora Bruna Rodrigues e à sua substituição pelo suplente Giovani e Coletivo. No dia 5 de julho de 2021, às 14h43min, a vereadora Bruna Rodrigues realizou pronunciamento durante a 063ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da XVIII Legislatura, registrando, assim, seu retorno ao exercício da vereança nesse dia. Em consequência, restou sem efeito sua Licença para Tratar de Interesses Particulares, bem como sua substituição pelo suplente Giovani e Coletivo pelo dia 5 de julho de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas; subo a esta tribuna, para debater uma pauta de extrema importância. Quem acompanhou hoje as redes sociais, os jornais, já está sabendo do atraso salarial dos trabalhadores rodoviários, tanto os da empresa pública Carris quanto os da empresa privada. É muito interessante esses projetos virem bem neste momento. O Melo encaminha para cá projetos sem estudo de impacto financeiro, os mesmos projetos que a população negou nas urnas, que eram os projetos que o Marchezan tentou encaminhar para a Câmara da retirada de isenções, dos passes livres, do meio passe estudantil, dos cobradores, a possibilidade de privatização da Carris, um patrimônio essencial, que mostrou o seu valor num momento de pandemia, garantindo o direito constitucional ao transporte público. Então, é uma agenda de retrocessos. O governo Melo, para tapar um buraco, está cavando outro mais fundo ainda e, de fundo, a discussão que para nós é central, que é o novo processo de licitação, uma auditoria das empresas, o controle público da gestão tarifária, da bilhetagem, dos recursos extratarifários, que deveriam servir para abater o valor da passagem, para garantir um transporte de mais qualidade, um transporte competitivo aos aplicativos, enfim, iniciativas nós temos várias. A população de Porto Alegre hoje está refém dessa chantagem que está sendo feita. Infelizmente, os rodoviários vão receber, no dia de amanhã, apenas R\$ 600,00, sem perspectiva de pagamento da segunda parcela dos seus salários. Isso é uma vergonha, porque nós estamos no meio de uma crise pandêmica, econômica, e as pessoas precisam se sustentar. A inflação está corroendo os salários, e a alternativa, novamente, para manter o lucro de meia dúzia de empresários que exploram o serviço, é sobretaxar a população, retirando linhas de ônibus. População essa que ficou na mão no dia de hoje, não conseguiu se organizar para chegar em tempo no seu local de trabalho, porque, novamente, as empresas romperam com aquilo que está previsto no contrato, e excluíram linhas e horários. A gente precisa pensar estrategicamente o debate do transporte. Não dá mais para a gente permitir que tanta ilegalidade se mantenha ileso e um silenciamento muito grande em torno da questão que foi apresentada na auditoria, que é pública, que ainda não teve o relatório final, mas os projetos seguem sendo apresentados dentro desta Câmara de Vereadores. O transporte público da cidade, junto com o saneamento, do nosso ponto de vista, é o principal problema hoje dos porto-alegrenses, e o governo Melo não tem nenhuma iniciativa a não ser repetir os mesmos erros do governo Marchezan, que é aumentar a tarifa de ônibus, que é reduzir a qualidade, o que, é óbvio, vai fazer as pessoas utilizarem menos o transporte coletivo. É óbvio, e essas obviedades para nós aqui, vereadores, nada adianta. A gente precisa de novas alternativas, a gente precisa de coragem, a gente precisa enfrentar os privilégios da ATP, da associação dos transportadores privados, que é quem dá as cartas hoje no transporte de Porto Alegre. Quem é que está penalizando agora os rodoviários? É a ATP. E quem é que está sendo omissos frente a tudo isso? A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que prejudica a sua população, e, também, a gestão do governo Melo. Não podemos aceitar, precisamos lutar, precisamos estudar. Os vereadores têm que ter noção daquilo que estão votando e não têm, porque não veio estudo de impacto financeiro, por exemplo. Boa parte desses projetos não têm uma justificativa, não existe

uma justificativa financeiro-econômica que legitime votá-los como alternativa à crise do transporte coletivo. Verdades precisam ser ditas, e é importante a gente se solidarizar com essa categoria que está sendo lesada, que, amanhã, não vai receber o seu salário. Temos também que mobilizar estudantes, usuários, para que a gente consiga lutar, como, lá em 2013, a gente lutou, junto com o Bloco de Luta, pelo transporte coletivo, por um transporte digno para a nossa cidade, que regulamente a sanha de lucro dessas empresas, que não têm compromisso nenhum com a vida dos porto-alegrenses. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez ocupando a tribuna, eu acho que os colegas têm problema quando o que é divergente vem ocupar a tribuna. Os colegas se incomodam, quando a gente vem utilizar este espaço democrático, para trazer questionamentos importantes para a cidade. Eu venho novamente, Presidente, utilizar esta tribuna, para falar de um tema que para mim é um tema muito relevante, Ver. Cecchim, que são as nossas crianças que ocupam as sinaleiras, as nossas famílias que têm feito da sinaleira o espaço de garantia do seu sustento. Está aqui o conselheiro Marcelo, que é um homem que atua na base popular, que atua e sabe o quanto o nosso Conselho Tutelar tem passado por dificuldades. Nós recebemos o Conselho Tutelar na CEFOR e vimos o quanto o Conselho Tutelar está desestruturado, o quanto tem enfrentado dificuldades quando identifica uma família em sua de vulnerabilidade, não consegue encaminhar. Eu venho a esta tribuna dizer com muita propriedade, porque já fui uma dessas crianças que ocupava a sinaleira, porque já fui para a feira aos sete anos de idade cuidar carro e, ao final da feira, limpar a feira para levar fruta para casa. Então, por conhecimento de causa, nós sabemos que as crianças não sairão das sinaleiras se a rede de assistência social não acolher a sua família, porque as nossas crianças, infelizmente... A partir, também, de um projeto que romantiza o emprego, romantiza o empreendedorismo, faz com que as nossas crianças sejam agentes protagonistas da sinaleira. Eu não acredito nesse projeto, eu não acredito que as nossas crianças tenham que sair das escolas para garantir a vida na sinaleira porque o pai e mãe estão desempregados e não conseguiram, em meio à pandemia, garantir o sustento da família porque o governo resolveu nos vender a troco de banana, a troco de nada, aliás, por menos de um dólar. Aliás, muitos de nós nem sabe o que já foi aí consumido por esse projeto que escolheu matar brasileiros e brasileiras. É inadmissível que nós romantizemos que os bancos das escolas estejam vazios e que a gente não consiga fazer relação. Aliás, o trabalho infantil cresceu 178% em Porto Alegre em meio à pandemia, no ano passado eram 120, hoje já são 334 crianças em situação de trabalho infantil – as identificadas, as que a gente consegue enxergar, essas que o poder público de alguma forma acessou; e aquelas que o governo não acessa? E aquelas, Ver. Mauro Pinheiro,

que estão dentro das comunidades sem o mínimo de assistência? Nós não podemos pactuar com essa forma de governar. As nossas crianças precisam, sim, ter a merenda disponibilizada na escola, e não só para quem está frequentando no dia, aliás, a Ver.^a Daiana apresentou um projeto para que todas as crianças tenham acesso à merenda escolar – todas as matriculadas. O governo também diz que já tem isso na escola, não é uma verdade. Eu venho a esta tribuna para nos manifestar contrários a este projeto que faz com que a gente não consiga reverter esse quadro, esse projeto que diz que é bonito, que o jovem que está lá, vendendo na sinaleira, pelo menos está ajudando a família e não está nas esquinas do tráfico; aliás, o tráfico não parou em meio à pandemia, esteve ali, firme, cada vez mais capitalizando a nossa gurizada. E qual o projeto que nós temos para elas, a não ser fechar trabalho educativo, não garantir a merenda da escola, romantizar a sinaleira? Eu não sei se todos e todas sabem, mas são as mulheres que vão com as famílias para as sinaleiras nesse dia de hoje, porque as mulheres estão com medo de perder os filhos para a sinaleira, não conseguem emprego, não conseguem nenhum auxílio governamental que garanta isso. Por isso é o que sobra, é o que tem, e estamos aqui está falando de reforma da Previdência, quando deveríamos estar pensando projetos que fizessem com que a gente recuperasse a saúde econômica da cidade – das pessoas, não do governo, porque o governo está com as contas em dia, as contas do Executivo estão muito bem, são as contas das pessoas que não estão bem, são as contas das pessoas que não estão em dia e são as pessoas que nós abandonamos, são as crianças que nós abandonamos. Então, Presidente, é importante que esta Casa pense, conjuntamente com o Executivo, formas de combater o trabalho infantil.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos em liderança, peço que o diretor Luiz Afonso proceda à verificação de presenças para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) - às 15h21min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, conforme segue: em primeiro lugar, o Requerimento nº 039/21; logo após o PELO nº 002/20.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vereadoras e vereadores, quando o Ver. Aldacir Oliboni traz esse requerimento, ele por certo coloca uma prioridade absoluta da cidade, o transporte coletivo. Nós temos tido problemas seríssimos, gravíssimos em relação ao transporte coletivo. As empresas de ônibus privadas, à exceção da Carris, é claro, tem, ao longo do período da pandemia, diminuído bastante o número de ônibus em circulação, obrigando as pessoas a promoverem ou aglomerações nas paradas de ônibus ou a lotarem os ônibus, e agora esse problema fica mais grave por conta da falta de pagamento dos salários. A crise da Trevo é uma crise até certo ponto discutível, porque os milhões e milhões de reais que, ao longo de décadas, os empresários do transporte coletivo ganharam de forma absolutamente irregular – irregular – em alguns momentos ilegal...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Pedro Ruas, vou ter que lhe pedir desculpas e lhe interromper, porque a diretoria legislativa está retificando o entendimento de que, como o projeto já está em votação, não cabe o requerimento. Peço desculpas a V. Exa., pois a votação do PELO foi iniciada. Na primeira votação poderia, mas na segunda votação não. Peço a compreensão do vereador.

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

2º TURNO

PROC. Nº 0381/20 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/20, de autoria do Governo Municipal, que altera o art. 43 e inclui os artigos 43-A, 43-B e 43-C na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social. (SEI 118.00225/2020-91)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da

Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, dos Vers. Idenir Cecchim, José Freitas, Hamilton Sossmeier, Felipe Camozzato, Ramiro Rosário, Gilson Padeiro, Pablo Mello, Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra, Giovane Byl, Moisés Barboza, Jessé Sangalli e Cassiá Carpes e das Ver^{as} Comandante Nádia, Mariana Pimentel, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Mônica Leal, Lourdes Sprenger e Psicóloga Tanise Sabino;
- com Subemenda nº 02 à Emenda nº 01, das Ver^{as} Cláudia Araújo, Mônica Leal, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger e Fernanda Barth e dos Vers. Airto Ferronato, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Gilson Padeiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário, José Freitas, Alexandre Bobadra, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes e Jessé Sangalli;
- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21, nos termos do § 5º do art. 129 do Regimento da CMPA.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação, em 2º turno, o PELO nº 002/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu seguia numa linha de raciocínio mostrando que o Ver. Aldacir Oliboni colocou algo essencial, quando fez o seu requerimento que não foi aceito pela Mesa ao final, porque teríamos que discutir o transporte coletivo, sim, é uma prioridade absoluta de Porto Alegre, mas não, nós vamos aqui discutir agora, votar em 2º turno o PELO, que atinge o serviço público e atinge os servidores públicos, mas atinge de maneira negativa forte, intensa, porque muda radicalmente a vida dessas pessoas para pior, exatamente os servidores que estão lá na ponta, muitas vezes na saúde, muitas vezes na assistência social, os servidores de Porto Alegre. O serviço público é o patrimônio, Presidente, dos que não têm patrimônio, dos que não têm nada, porque quem tem patrimônio sequer utiliza muito o serviço público, mas os que não têm precisam, e os que não têm são uma imensa maioria. Este é o conceito e a definição: o serviço público é o patrimônio dos que não têm patrimônio, e é esse patrimônio dos que não têm que o Executivo busca atacar. E não é por uma convicção pessoal e não é por problema de contas, é por vinculação à pauta bolsonarista, sem dúvida que é.

Neste encaminhamento, eu quero fazer um apelo e um registro ao meu amigo de muitos anos, décadas, Airto Ferronato, um grande vereador, um homem que eu conheci trabalhando, lutando pelo povo como sempre. Há um dado, Ver. Ferronato, que não interrompe a nossa amizade, mas que eu preciso falar a V. Exa., é a minha

obrigação. V. Exa. foi na tribuna desta Casa, a Casa do Povo, a sagrada tribuna da Casa do Povo, para dizer que não seria o 24º voto do PELO, não seria. O governo tinha 23 votos, lutava pelo 24º. O PDT, como partido, tomou a posição de que não seria o 24º, e V. Exa. pessoalmente veio na tribuna, pessoalmente – a imprensa inteira divulgou e nós assistimos. Eu lhe digo: assisti contente, muito contente, porque fazia jus a quem empenha de palavra a sua biografia parlamentar, que é excelente. Eu custo a crer que possa mudar essa posição, apesar de anunciada várias vezes, eu continuo achando, e quero dizer que em nenhuma hipótese partiria de mim, V. Exa. me conhece, qualquer ofensa a V. Exa., de mim jamais partiria qualquer deboche, qualquer achincalhamento, como lhe foi feito – no seu primeiro anúncio em relação ao voto foi feito, sim, e nós sabemos, V. Exa. com toda razão até falou bastante nisso, ficou muito magoado, com toda razão; não vai partir de mim, eu posso ficar decepcionado, mas não seria agressivo e muito menos debochado em relação a V. Exa. Mas eu confio na palavra do homem público, na palavra da mulher na atividade pública, quando é colocada – não é no boteco da esquina, não é no restaurante, não é nem mesmo no plenário numa conversa informal – na tribuna da Câmara, porque o que se diz na tribuna da Câmara é definitivo. Uma palavra empenhada na tribuna da Câmara, para mim, é sagrada. Eu sou de uma geração, a mesma de V. Exa. dos homens que estão entre 60 e 70 anos, das mulheres que estão entre 60 e 70 anos, de todos que estão nessa faixa onde a questão da palavra tinha para mim, e ainda tem, um peso enorme. Na minha geração, na minha formação ainda de criança e adolescente, aprendi com meus pais, e isso era cultural, me parece que ainda é em vários setores, mas na nossa geração, eu tenho certeza – a sua é a mesma minha – a palavra definia tudo, a palavra dada. Tinha até a expressão fio do bigode no Rio Grande do Sul: o sujeito não precisava assinar recibo, nem protocolo, nem contrato, nem nada, estava no fio do bigode. Para mim, a palavra dada na sagrada tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre, a histórica tribuna, é muito mais do que um fio de bigode. Eu confio que V. Exa. não será o 24º voto do PELO. Muito obrigado, Ver. Airto Ferronato; muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Presidente, eu queria fazer um apelo para o governo, como vice-líder da oposição, com a anuência do nosso líder, Ver. Pedro Ruas, para que a comissão representada pelos servidores do Simpa pudesse presenciar aqui a votação que ora se apresenta. Na votação anterior, no 1º turno, estava aqui uma comissão de sete pessoas. Por que não podem entrar agora, Presidente? Faço um apelo para que essa comissão acompanhe os trabalhos. É lamentável isso não ter acontecido até então. Por isso eu faço esse pedido ao nobre Presidente Márcio Bins Ely.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Cinco pessoas? Está bem. Deferido.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação, em 2º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, aqui estamos nesta fatídica tarde. Alguns expectantes sorriem pelos cantos, se regozijam, eles se jactam com a retirada de direitos das enfermeiras, das monitoras, Ver. Aldacir Oliboni, das professoras que vão ter que trabalhar mais sete anos para se aposentar. Eles estão em polvorosa, eles obedecem ao patrão; o patrão mandou, eles baixam a cabeça como se não tivessem sido eleitos pelo povo, como se o Melo tivesse colocado eles aqui. Não foi o Melo; o Melo se elegeu sozinho, vocês se elegeram porque o eleitor votou cinco números para vereador. E os municipais estão lá fora, e aqui vazio, poderiam estar aqui com distanciamento, como já vieram outros observar as votações, mas eles não querem o povo, o governo Melo não quer o povo e, por não querer o povo, aumentou a passagem para R\$4,80. E, por não querer o povo, agora a empresa está sem diesel e o povo está sem transporte. Tudo tem o seu preço, tem os prós e tem os contras, tudo tem o seu preço! O que precisam são 22, 23, 24 votos, e tem um preço. O Brasil tem um preço, olhem esta lista, se olharem a filiação de cada um, de cada uma, é uma lista que não é pequena, é uma lista grande, é a lista que saiu no Diário Oficial desde janeiro dos cargos de confiança nomeados pelo Sebastião Melo. Se olharem bem, tem filiações partidárias de cada um dos 24 votos que hoje vão se somar aqui para votar este 2º turno. É deplorável o nível que a política brasileira tomou, e em Porto Alegre não é diferente, a lista dos cargos comissionados do Paço Municipal. Se procurarem direitinho, tem um monte de gente que estava com o Marchezan, Ver. Roberto Robaina, eles estavam com o Marchezan e agora continuam – é um mistério. O Melo dizia: eu vou fazer diferente. Está fazendo tudo igual. Vocês pegaram o PELO, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, do Marchezan; o PELO nº 002/20 nem é do Melo, é do Marchezan. Vocês pegaram o defunto do governo Marchezan que estava podre, fedendo e jogara na Câmara para feder aqui. O povo foi para a urna em novembro achando que ia limpar a sujeira que tinha em Porto Alegre e vocês continuaram com os péssimos projetos do Marchezan.

Melo, há tempo, retire o projeto que está aqui, peça para a sua base não votar essa vergonha, peça para sua base votar o respeito ao funcionalismo, o respeito a quem está na escola, quem está vacinando agora para combater a Covid, no HPS, no HPV, salvando vidas, o SAMU. Votem pelos guardas municipais, votem para defender quem faz Porto Alegre para frente. É um absurdo o que nós vemos neste dia e nós, do PT – Ver. Aldacir Oliboni, nosso líder; Ver.^a Reginete Bispo, Ver. Leonel Radde –, não nos curvamos a esse tipo de política. Essa política é lamentável, nós exigimos que o povo de Porto Alegre possa ser ouvido! Não existe déficit da previdência, existem R\$ 3 bilhões no Previmpa. Essa reforma que querem fazer é injusta com as mulheres e homens que estão aqui na Câmara, inclusive, trabalhando para que a gente possa estar no plenário – eles estão nos bastidores. Nós encaminhamos o voto contrário, mais uma vez, neste 2º turno, a este projeto, porque quem trabalha tem que ser respeitado, tem que ser respeitada, e esses 24 que querem votar não estão respeitando. Não adianta nos

enrolar, dizer de redução de danos, essa conversa fiada não cabe no plenário. Nós, do Partido dos Trabalhadores, não aceitamos redução de direitos das trabalhadoras e trabalhadores e votaremos novamente contrários a esse projeto, os quatro vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, o que o Ver. Jonas Reis fez aqui, mentindo, esse rascunho, esse lixo que ele trouxe aqui não resiste a uma conferência. O senhor não tem dignidade para mostrar isso, o senhor copiou o Collor de Melo que deu uma surra no Lula com uma mala preta. Hoje o senhor veio com um lixo aqui tentando fazer isso. Não vai fazer, não vai mentir. O senhor não é mais vereador do que ninguém, o senhor se dobre quando falar dos 24 vereadores, o senhor se dobre e tenha respeito. Se o senhor não tem respeito, não teve respeito em casa, o senhor vai levar palmadinhas aqui, deveria levar palmadinhas pois se comporta como uma criança. E isso aqui tem limite. Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, quando o vereador está na tribuna, ele tem o direito da livre manifestação. A lista trazida pelo Ver. Jonas Reis, do número de CCs, pode até indignar alguns colegas vereadores, mas, segundo o vereador, é real, está no *site* da transparência da Prefeitura.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação, em 2º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Um abraço a todos e a todas; a minha saudação ao Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, aos vereadores e vereadoras, aos servidores que estão conosco. Mais uma vez, estamos aqui para conversar sobre o tema que sempre apoiei historicamente e ainda apoio, o servidor público municipal. Amigo Ver. Pedro Ruas, com relação ao 24º voto, as coisas mudaram: lá, os servidores todos eram contrários ao nosso projeto de lei; a partir da mudança de posição de diferentes e de muitos servidores, me pediram que eu fosse grande e que revisasse o meu voto. E aqui estou eu. Na verdade, os servidores estão divididos. Repito, temos servidores que são favoráveis ao projeto pedindo para votar a favor para reduzir danos e temos servidores que imploram também para votar contra o projeto. Aconteceu uma reviravolta e não aconteceu sequer uma reunião entre as entidades na busca de um entendimento mínimo, na busca de uma mediação que pudesse trazer o mínimo de identidade com todos os servidores, não aconteceu, repito. Trabalhei cinco anos a mais para me aposentar, exatamente, Ver. Jonas, pela reforma proposta pelo Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores - isso foi o que aconteceu. Lá em 2017, quando nós votamos o PLCE nº 004/17, que propunha uma mudança radical no plano de carreira e um aumento de 11% para 14% das alíquotas, eu, insistentemente, dizia que os servidores iriam perder, que seria necessária uma

negociação. E, como hoje, diziam que não, que era para votar contra porque se ganharia na justiça. E os servidores perderam, não ganharam na justiça. Logo após a derrota na justiça, um vereador subiu à tribuna e disse: "Lutamos até o fim, mas perdemos." Isso, à época, em 2017. Vereador nenhum perdeu, quem perdeu foram os servidores de Porto Alegre, porque se terminou lá o plano de carreira. Por outro lado, tanto na União quanto no Estado, quanto às reformas que aconteceram, ingressou-se na justiça e se perdeu, na União te também no Estado. Por que esta certeza de que se ganhará na justiça, no caso dos servidores de Porto Alegre? Por outro lado, a própria imprensa divulgou vereadores me chamando de ingênuo, que teria caído no conto. Eu quero dizer que, com todo respeito, também são ingênuos aqueles que pensam que não há divisão entre os servidores públicos; que não há divisão entre praticamente todas as entidades, repito, dos municipais. Internamente, nessas entidades, existem posições pró e posições contra. E ingenuidade também, com todo respeito, é acreditar que todos os vereadores da oposição não estão preocupados com a situação. Recebi algumas mensagens - temos, sim, vereadores na oposição bastante preocupados. Por outro lado, quero dizer que vejo, no mínimo, dois problemas: as mulheres - por que dois anos a mais? E nós temos, na Câmara, 11 mulheres que devem abraçar essa causa também conosco. Um outro problema que eu vejo é o tamanho da isenção - eu acho baixo. Temos que continuar trabalhando para isso. E sei, senhoras e senhores, que o meu futuro político corre risco, o que nem me preocupa tanto, mas corre risco. Se voto A, terei opositores; se voto B, também terei. Portanto, é preciso votar depois de uma longa reflexão que fiz sobre o assunto, que o melhor para os servidores, neste momento, é votar "sim" - essa é a minha convicção. Outro problema também, por outra causa - o próprio Ver. Pedro Ruas e outros vereadores dizem que ingressarão na justiça, o que é um direito, talvez até necessário. Ora, se há ganho de causa na justiça, ótimo, mas se houver derrota na justiça, com a minha proposta, as propostas no PELO e no PLCE, os servidores, sem nenhuma sombra de dúvida, perderão bem menos; portanto, o mais confortável para todos nós, neste momento, inclusive para mim, depois de longa reflexão - repito - é votar "sim". Abraço a todos. Obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação, em 2º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, há uma parte da discussão... Eu estava escutando atentamente o Ver. Jonas - aí, depois o líder do governo veio aqui pegar a lista. Não sei se o Cecchim estava tentando ver se os cargos de confiança dele estão na lista do Jonas, se estão todos, se todas as promessas foram cumpridas, mas é evidente que o relatório que o Ver. Jonas apresentou aqui é o relatório que explica essa forte base de sustentação do governo. É uma farta distribuição de cargos - isso aí é público! E os nomes estão nessa lista. Então, parabéns, Jonas, por mostrar, fazer esse trabalho e mostrar, embora eu creio também que o que move os

vereadores do governo, daqueles que sustentam o projeto do prefeito Melo, é uma convicção de que, para se governar, é necessário, sim, atacar o servidor público, porque eles seguem o mesmo plano do prefeito Marchezan, que foi um governo inimigo do serviço público. E os projetos do prefeito Melo são basicamente os mesmos do prefeito Marchezan em todos os aspectos, em relação aos servidores também. Então, não há novidade nesse ponto de vista, é uma lógica de ataque ao serviço público, como parte de um plano, cujos interesses da burguesia estão expressos numa tentativa de reduzir, cada vez mais, os direitos do conjunto da classe trabalhadora; portanto, se tem um setor que tem algum direito, eles tratam de equiparar por baixo, não elevando o conjunto da classe trabalhadora, mas reduzindo, cada vez mais, conquistas - essa é a lógica! Nós aqui estamos perdendo - isso eu quero discutir de modo claro porque o governo conseguiu, sim, a maioria necessária para impor essa derrota aos servidores públicos, mas nós estamos perdendo por conta do voto do Ver. Ferronato. Eu queria que o Ver. Ferronato explicasse a sua posição - escutei ele atentamente, mas o que é o grave, João Ezequiel, Edson, pessoal do Simpa? O Ferronato se comprometeu publicamente que não seria o 24º voto, foi um compromisso que o Ferronato fez, um compromisso! E, aí, de repente, numa sessão em que não se estava discutindo o assunto da previdência, o governo, garantindo o acordo com o Ferronato, com o apoio de algumas associações, colocou, de modo manobreiro, na Ordem do Dia, o projeto para votação em 1º turno. Por que foi grave o comportamento do Ferronato? O Ferronato está dizendo que o comportamento dele diminuiu os custos, diminuiu o ataque, mas não é verdade, Ver. Ferronato, o seu comportamento desarmou a categoria, porque, se era para negociar redução de danos, o senhor tinha a obrigação de dizer que poderia ser o 24º voto, de tal forma que o Simpa pudesse, inclusive, refletir se faria uma pressão para uma redução maior de danos. O Simpa não teve sequer a chance de fazer isso, o Simpa teve que apostar no tudo ou nada também porque ele foi desarmado pela sua mudança de posição de última hora. Então, nem mesmo para uma lógica da redução de danos o seu comportamento contribuiu - isso depois de o senhor ser agredido por lideranças do governo neste plenário. É inacreditável! Então, os servidores, sim, estão sendo derrotados, é óbvio, e pelo governo Melo neste caso, mas essa foi só uma batalha, não vamos nos enganar, porque o que se perde em conquistas econômicas, às vezes, se ganha em consciência política em definição de quem é quem na política, para que todos os servidores saibam quem são seus inimigos, para que todos os servidores saibam quem são os que se dizem amigos mas que, em horas fundamentais, trabalham para os interesses daqueles que atacam o serviço público. Então, eu quero dizer também para as associações que apoiaram esse acordo, as associações que apoiaram esse acordo, ao contrário da ideia de que reduziram mais danos, elas permitiram a vitória do governo, porque, se era para entrar numa lógica de redução de danos, as associações teriam que fazer as negociações publicamente, discutir publicamente, não às portas fechadas do Paço Municipal, ora dizendo para o Ver. Ferronato votar contra, ou para o Ver. Mauro Zacher, ou para Ver. Márcio Bins Ely, ora, de uma hora para outra, dizendo para os vereadores votarem a favor. Eu acho, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. Mauro Zacher, que eu sei que se manifestaram, inclusive, pelos informes que eu tenho, favoráveis às mudanças, mas os

vereadores votaram certo no 1º turno e votaram de acordo com a orientação do partido. Eu ouvi muito vereador dizendo: “Mas que absurdo, votaram com orientação do partido!” E querem que votem com orientação de quem? Da burguesia de Porto Alegre, que quer fazer com que os servidores públicos paguem o preço de uma crise, que não foi produzida pelos servidores? Recursos públicos que os servidores aportaram para o Município e que a Prefeitura de Porto Alegre gastou, ao invés de utilizar de forma correta os recursos do aporte para a previdência dos servidores! Assaltaram os servidores públicos! É isso que está sendo votado: um assalto aos servidores públicos, um assalto aos aposentados com o voto!

O Ramiro está feliz, tem gente que é de extrema direita aqui, felizmente ele já não defende o Bolsonaro, que já seria demais, é um extrema direita liberal, é um extrema direita que quer atacar serviço público, mas não chega ao ponto de ser bolsonarista totalmente, embora até o Cecchim esteja um pouco bolsonarista ultimamente, mas, como o Bolsonaro está perdendo base, essa turma está um pouco desconcertada. Eles tiveram essa vitória hoje, mas não será para sempre. Alerta: não será para sempre! Logo o jogo vira! E, Ferronato, presta atenção, tu tens que estar ao lado do povo e não com esse governo que ataca os interesses dos servidores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação, em 2º turno, do PELO nº 002/20.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, Presidente. Eu subo a esta tribuna para encaminhar em nome do PCdoB. Primeiro de tudo, trago aqui a nossa indignação com o desrespeito aos servidores, porque, diante de todo este cenário, a gente pode ver que estamos indo para o 2º turno com servidores sofrendo chantagens de forma absurda, num período tão duro, tão crítico, não havendo diálogo, é o desemprego, é a falta desse diálogo, é privatização, é tudo sendo atropelado dentro desta Casa, menos aquilo que, em definitivo, deveria estar sendo pautado. Nossa indignação fica por conta do desrespeito que é – num período tão importante – um bom exemplo: a vice-líder desta Casa atropelar a sessão, não dando a possibilidade de nós termos a sequência, como deveria ser, Presidente, com o Grande Expediente, com toda a organização que se tem – não é, Oliboni? –, colocando a ordem que bem lhes cabe. Assim já foi com outros projetos que são extremamente importantes para a cidade e que não foram pautados, porque o descaso, a negligência, o desrespeito com a população é o tom deste espaço. Nós não somos coniventes com isso. Se hoje nos levantamos contra essa reforma, se hoje nos levantamos contra este projeto, se nos colocamos contra isso, é por defendermos o serviço público de qualidade, é por estarmos atentos a esses movimentos que não qualificam, de maneira alguma, nem o projeto alinhado para a reconstrução e a mobilização daquilo que, em definitivo, tange as políticas públicas, a execução em

definitivo a isso, mas principalmente porque vemos aqui – não é, Ver. Leonel Radde? – o desrespeito com aqueles que não concordam e não fazem parte dessa corja, mas principalmente com aqueles que estão dispostos a um debate sério. É um desrespeito em cima do outro, é uma vergonha isso que estamos vivenciando aqui. Nós, da bancada do PCdoB, nos colocamos contra e ampliamos esse debate para além deste espaço legislativo, para a população de Porto Alegre, que precisa olhar para o que acontece aqui dentro e compreender que esse ataque vai se refletir na execução do serviço público que é ofertado. Não dá para a gente ser conivente com esse período, não dá para a gente ser conivente com esse desrespeito e com a forma obscura como são feitas as tratativas aqui. Não podemos, Ver.^a Bruna, aceitar, e a nossa bancada encaminha contra porque a gente não vai ser conivente com esse tipo de comportamento. A gente vê que, nos primeiros seis meses, não tivemos projetos que sejam efetivos para a população, nós não tivemos nenhum projeto. Este governo que se alinha ao Bolsonaro, diante mesmo a esses escândalos, o que merece é uma CPI, e não ser louvado por uma reforma em um momento que não é para o debate.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Leonel Radde. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e sete Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal. Há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, em 2º turno, a Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20, em 2º turno.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, em 2º turno, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao PELO nº 002/20, em 2º turno.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, em 2º turno, o PELO nº 002/20 (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PELO nº 002/20, em 2º turno.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o governo cumpre os acordos. Quero dizer que vamos substituir a emenda das alíquotas de 22% para aquela emenda que está no acordo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, observando a Ordem do Dia, o seu é o próximo projeto?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): A gente gostaria de votar o seu projeto. O senhor o mantém?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu tenho que fazer a dispensa do envio da emenda. Vou apregoar emendas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): É um projeto bom, por isso nós gostaríamos de apoiar o projeto de lei que trata da ampliação do teste do pezinho.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 151/20, passar à votação do Requerimento nº 039/21. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vamos proceder com os pregões.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao Substitutivo nº 01, ao PLL nº 222/16.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando a dispensa do envio às Comissões, para parecer, da Emenda nº 02, ao Substitutivo nº 01, ao PLL nº 222/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver. Cláudia Araújo, ao PLL nº 035/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, solicitando a dispensa do envio às Comissões, para parecer, da Emenda nº 01 ao PLL nº 035/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 012/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0356/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a oferta de, no mínimo, 1 (uma) Farmácia Distrital com horário de atendimento até as 22h (vinte e duas horas) por Gerência Distrital de Saúde no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00075/2020-29)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Gilson Padeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta (líder da Bancada do SD);
- adiada a discussão por três Sessões em 24-05-21;
- incluído na Ordem do Dia em 17-05-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 151/20. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar a votação da matéria.

Em votação o requerimento de dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 151/20, às Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 151/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 151/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): Muito obrigado, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os pares desta Casa. Esse é um projeto da cidade, não é um projeto meu, é uma necessidade do povo de Porto Alegre, e esta Casa entendeu isso. Parabéns a todos os vereadores desta Casa, que aprovaram por unanimidade esse projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Jessé, pois não.

Vereador Jesse Sangalli (Cidadania): Posso retificar meu voto? Se não pode, fica assim. Eu só queria registrar que, enquanto acontecia a discussão, eu estava prestando atenção na reforma da Previdência.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica registrada a intenção do voto "não" do Ver. Jessé Sangalli ao PLL nº 151/20.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 039/21 – (Proc. nº 0073/21 – Vers. Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Roberto Robaina, Pedro Ruas, Matheus Gomes e Ver^{as} Laura Sito, Karen Santos e Daina Santos) – requer a constituição da Comissão Especial para Avaliação do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus em Porto Alegre. **(SEI 021.00022/2021-91)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 039/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21, como coautor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; este é um requerimento de formação de uma Comissão Especial para discutir o transporte público em Porto Alegre. Todos nós sabemos que a Comissão Especial tem validade de 60 dias, podendo ser prorrogada por mais 30 dias. Diante do que está acontecendo na cidade, onde as concessionárias estão pedindo um subsídio significativo, onde o governo está querendo privatizar a Carris, onde as empresas Trevo

e Restinga estão entregando 33 linhas do transporte público, não há como nós, na Câmara de Vereadores, nos abstermos de uma discussão ampla com a sociedade para saber que tipo de transporte público iremos ter nos próximos anos, neste governo ou nos próximos governos, na medida em que nós percebemos que a cada ano se onera mais a população, visto que a passagem do transporte público, nesta semana, foi majorada para R\$ 4,80. Mais do que isso: o governo quer tirar todas as isenções, mas o que ele vai tirar, por exemplo, das concessionárias? O que nós percebemos até então, colegas vereadores e vereadoras, é que cada vez mais para as concessionárias e cada dia menos para os cidadãos, onerando o custo de vida, porque isso está embutido no custo de vida. E o salário, na verdade, não recompõe mais sequer a cesta básica. Então, nesse sentido, a criação de uma comissão para discutir neste plenário, nas comissões, que tipo de transporte público queremos, que tipo de subsídio vamos então autorizar na Câmara para as concessionárias e qual é a contrapartida das concessionárias. Como pode o governo privatizar a Carris, entregando uma empresa pública com dois mil servidores e com uma enorme aceitação popular, inclusive premiada, com prêmios nacionais e internacionais, pela qualidade do transporte público? Como pode o governo extinguir uma empresa pública que é balizadora do preço, do controle? E mais do que isso, ela nos dá a dimensão de poder assumir algumas empresas que não cumprem o contrato. Por isso, Cecchim, o prefeito tem autonomia para isso; não cumpriu o contrato, tem que ser extinto, tem que haver uma intervenção, na empresa Trevo, na empresa Restinga. Se as empresas não cumprem o contrato, por que a Câmara vai se abster disso? Tem que apoiar o governo para poder tirar a concessão. A Carris pode assumir, sim, mas a Carris não pode ser privatizada, porque agora a Carris tem um papel importante, neste momento, de poder absorver essas linhas que, queira ou não, se a Carris não assumir ou não tivesse uma empresa pública, quem iria transportar os cidadãos e as cidadãs da nossa querida cidade de Porto Alegre? Portanto, nós, neste requerimento, queremos dialogar, queremos ter aqui uma comissão que dialogue sobre o transporte público e que busque alternativa para viabilizar um preço menor, pode até ser favorável ao subsídio, mas queremos saber da contrapartida. Queremos que a concessionária dê acesso às planilhas, que abra a caixa-preta, porque nós sabemos o quanto foi importante nós termos um preço que colabora, que dialoga com a realidade brasileira. Nós, neste momento, dar subsídios e ainda aumentar a passagem é algo que não tem, de forma alguma, como apoiarmos porque é um projeto que não dialoga com a realidade que nós vivemos em Porto Alegre. Portanto quero pedir o apoio para a formação dessa comissão no sentido de nós abrirmos o diálogo e uma discussão permanente por dois meses, se necessário, três meses, na Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, membros desta Casa; esta Comissão Especial, que o Ver. Aldacir Oliboni e um conjunto de vereadores propõem, funcionou na legislatura passada e ajudou bastante. O presidente da comissão foi o Ver. Reginaldo Pujol; eu fui o relator; o vice-presidente, acho que foi o Ver. André Carús, se não me engano; e se tratou de temas importantes. Eu acho importantíssimo esta Casa discutir sistema de transporte, é importantíssimo esta Casa ter uma Comissão Especial que vá ver de fato como é esse sistema de transporte que pede aumento de tarifa e está, há um ano, pagando o salário dos rodoviários de Porto Alegre baseado num plano de governo de redução de salário. Há um ano, as empresas de transporte – nisso não se fala, e se falam, falam muito pouquinho – pagam, recolhem previdência, fundo de garantia, conforme acordo firmado, na Covid, com o governo, bem lá embaixo, sem falar no salário. Agora a gente vê aqui – não sei porque os colegas não falam o nome, eu vou falar o nome – as empresas Trevo, Restinga, que fazem o transporte da região sul, a região mais necessitada de Porto Alegre, pagando o salário máximo de R\$ 600,00 para os seus trabalhadores! Uma empresa que ganhou já o desconto do ISSQN; uma empresa em que as pessoas que completaram mais de 65 anos deixaram de usar a gratuidade; uma empresa que vem, cada vez mais, diminuindo os horários dos seus ônibus; uma empresa que, no transbordo, muitas vezes, cobra a segunda passagem das pessoas, agora, diz que, em função da crise do sistema de transporte, não pode honrar com o salário dos seus trabalhadores. Olhem que vergonha, um absurdo isso, um absurdo! Porque nós temos empresas de vários ramos de atividade que tiveram a mesma dificuldade. Temos o pessoal que faz o transporte escolar e essas pessoas ficaram mais de um ano sem trabalhar e com dívida ainda dos seus micro-ônibus, Kombis. Nós temos segmentos que ficaram mais de um ano sem trabalhar - as academias, as escolinhas, as escolas de futebol - e nem por isso estão batendo na porta da Prefeitura querendo que ela pague os seus funcionários. Como eles propõem, no cálculo da tarifa, está bem claro, até o INPS e quem paga a previdência são os usuários do sistema de transporte. Todo mundo quer uma empresa assim, todo mundo quer uma empresa em que o lucro entre limpinho no seu bolso, e são maus administradores.

Nesta tribuna, foi feito um alerta para o sistema de transporte há três anos, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Mauro Pinheiro, que estavam aqui. Temos de discutir o todo do sistema de transporte, os aplicativos estão aí e não fazem mais concorrência com o táxi, nem com o lotação, os aplicativos estão fazendo concorrência direta com o sistema de transporte que cobra uma passagem caríssima, facilitando a vida das pessoas andando de aplicativo. Duas ou três pessoas não precisam mais andar de ônibus, as pessoas estão se organizando. Quem vem do Extremo-Sul para o Centro de Porto Alegre, vem e volta no mesmo horário, quatro pessoas dividem um aplicativo. Agora mesmo a associação dos taxistas está lançando um aplicativo que também não vai ter bandeira, como os aplicativos de hoje e facilitando a vida das pessoas. E eles insistem em andar com ônibus batendo banco dentro de Porto Alegre.

O projeto mais moderno de que eu ouvi falar até hoje na cidade de Porto Alegre foi o dos modais da cidade, que são exemplos em Santa Catarina, em São José

dos Pinhais, em Curitiba, em algumas cidades brasileiras em que se usa ônibus pequenos – é o que nós estamos dizendo há muito tempo aqui – para fazer o transbordo nos bairros. Aqui se usa ônibus que foram comprados com dinheiro público nos quais cabem milhares de pessoas e que andam vazios! Não aceitam fazer uma discussão de um sistema de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre que entra diariamente com centenas de ônibus batendo banco, assim como são os ônibus da Zona Norte que, quando chegam no Obirici, já estão vazios. Os ônibus que fazem a região leste, chegam na altura da entrada do Palácio da Polícia estão batendo banco também. O que é isso? Querem explorar uma população que não consegue mais pagar a passagem. Então, é importantíssimo esta Casa manter ativa essa Comissão Especial, discutir o sistema de transporte como um todo. Viemos aqui, em nome do nosso partido, prestar apoio à necessidade de se ter aqui uma Comissão Especial para discutir o sistema de transporte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente, senhoras e senhores, telespectadores da TVCâmara; um dia importante hoje quando se formam 426 alunos da Superintendência dos Serviços Penitenciários. São 426 policiais penais: 166 mulheres e 260 homens. A Polícia Penal do Rio Grande do Sul foi aprovada em Brasília e deve ser regulamentada aqui na Assembleia Legislativa com seus quatro cargos: agentes, agentes penitenciários administrativos, os técnicos e os monitores penitenciários.

Também quero tratar de um assunto importante que é o lançamento da Frente Brasil-Líbano. Convido os colegas para assinarem o bloco que está disponível no WhatsApp dos senhores vereadores. Da mesma maneira, nós temos uma frente importante que é a Frente dos Clubes Recreativos de Porto Alegre, e solicito aos vereadores que assinem esse bloco importante para que possamos juntos discutir um importante papel dos clubes de Porto Alegre aqui na sociedade municipal. Um abraço a todos, fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todas e todos; por óbvio, a gente vem encaminhar o apoio, o voto favorável à necessidade de nós termos essa comissão. O nosso partido vem denunciando, desde a época da Ver.^a Fernanda Melchionna e do primeiro mandato do Ver. Pedro Ruas, isso que significa a máfia do

transporte coletivo. São tantas as irregularidades de conhecimento do Ministério Público, do Ministério Público de Contas, do Conselho Municipal de Transporte Urbano, da CUTHAB, que eu acho muito importante nós criarmos instrumentos justamente para conseguirmos constranger essa organização mafiosa que nos impede de pensarmos política pública e que nos impede também de darmos uma resposta objetiva para a crise do transporte. Quem está sendo impactado por isso, quem está pagando toda essa conta são o usuário e o rodoviário. Então, é uma responsabilidade nossa tencionar essas instituições, questionar, movimentar essas estruturas, porque não dá mais. Não tem como tu resolveres uma crise construindo uma crise maior ainda que é a redução das isenções, que é a redução dos cobradores, que é a privatização. As pessoas vão utilizar cada vez menos o transporte coletivo e vão utilizar cada vez mais o transporte individual, e a cidade vai parar. Não precisa ter muitos dados para conseguir perceber que as políticas que vêm sendo adotadas por sucessivas gestões corroboram para a crise no sistema. Nós precisamos ir um pouco mais a fundo, nós precisamos ter um pouco mais de compromisso com isso que, do nosso ponto de vista, é o principal problema, hoje, da cidade: Lomba do Pinheiro, Mario Quintana, Belém, Rincão, as pessoas não estão acessando o centro da cidade, as pessoas estão pagando uma passagem caríssima, uma das mais caras de Porto Alegre, as pessoas estão sendo maltratadas dentro do transporte, porque quebra. Já às 7 horas da manhã, como aconteceu, sexta-feira, com a linha 394, Quinta do Portal/Mapa, as pessoas tiveram de descer do ônibus e esperar o novo ônibus, já às 7 horas da manhã, e o ônibus, como consequência, porque quebrou um, seguiu lotado até o Centro de Porto Alegre. Então, é disso que nós estamos falando, sei que aqui a maioria não usa ônibus, eu sei disso, mas essa forma de perceber, de conceber o transporte, enquanto uma mercadoria, está prejudicando toda a população de Porto Alegre, quem usa ônibus e quem usa carro, porque é insustentável o transporte individual. Se todo mundo que pega ônibus, hoje, utilizar o transporte individual, a cidade vai parar. A cidade é uma tranqueira nos horários de pico. Então, uma política sustentável, uma política que consiga ser pautada no direito, no usuário, na qualidade e não no lucro de meia dúzia de famílias que, hoje, detém a frota e as garagens. É disso que nós estamos falando, é essa a demanda dessa Comissão Especial: averiguar o que é o furo, hoje, dentro da gestão do transporte coletivo da cidade que não é público. O transporte da cidade de Porto Alegre é privado, o único consórcio público é a Carris, que está na mira do governo Melo sem justificativa nenhuma. Então, são problemas muito graves; as alternativas que estão sendo propostas pelo governo Melo e pelos vereadores aprofundam ainda mais esse problema. Nós temos de ter responsabilidade em relação a esse direito, em relação ao que, para nós, é o principal problema hoje da capital, junto com a demanda do saneamento básico. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Cidade, colegas, vereadoras, vereadores, eu venho a esta tribuna muito preocupado, porque, recentemente, as empresas conseguiram o que pediram; elas pediram o aumento, foi concedido. Agora a gente vê, numa matéria no jornal, que os empresários não querem mais trabalhar, Claudio Janta, porque não tem *diesel*. O que fizeram por tanto tempo que não tem *diesel* para botar ônibus a rodar? Expliquem isso! Eu até entenderia, se eles dissessem, daqui um mês, Mauro Pinheiro, que não tem pneu, mas assim isso fica muito escancarado. E o cidadão lá emitiu uma nota em que diz que, agora, vai pagar apenas R\$ 600,00 para os funcionários da empresa. Só R\$ 600,00, e nem sabe quando vai pagar o resto do salário. Para que esse tipo de pressão? A cidade não vai aceitar esse tipo de pressão não, muito ruim. Acho que teve uma discussão, lá no Comtu, pediram, levaram e agora não querem oferecer os ônibus para circular na cidade. Teve que a Prefeitura ir lá, Oliboni, e botar os ônibus da Carris para salvar a população da Zona Sul. Eu estou, literalmente, Ver.^a Mônica, de cabelo em pé, porque, da noite para o dia, não tem *diesel* e esvaziou o caixa da empresa, e ela não pode mais pagar o salário. Se nós fizermos uma auditoria nessas empresas, nós vamos ver que, talvez, tivesse dinheiro lá, é muito possível. Então, estou muito inclinado, junto com os demais vereadores, a buscar compreender isso; nós temos de nos juntar, porque o transporte é de todas, é de todos, é fundamental entender. Agora, eu acho escandaloso o empresário, depois do aumento da passagem, dizer que não tem *diesel* para circular e que vai aplicar a política do parcelamento de salário. Isso é para pressionar a Prefeitura, pressionar a Câmara para dar um aumento maior? Eles queriam mais? Eu quero encaminhar, pelo PT, favorável. Os vereadores aqui, a maioria, conhecem várias empresas, várias linhas; as pessoas procuram os vereadores, reclamam muito. Os moradores de Porto Alegre estão reclamando muito do transporte. Então, esta Câmara, Ver. Mauro, vai ter que ter acuidade com relação a esse tema, é fundamental. Eu tenho visto muita coisa errada neste mundo, agora, no transporte, a Câmara tem a responsabilidade de botar os pingos nos is. Quero reiterar e, pela terceira vez, falo nesta tribuna: como é que uma empresa que recebe um aumento de passagem, misteriosamente, não tem *diesel* para cumprir as tabelas e diz que não tem dinheiro em caixa para pagar os salários. Não pode fazer assim, foi assinado pela Prefeitura de forma tranquila, foi feito um aumento, os empresários vão ter de trabalhar sim, vão ter de trabalhar, porque os rodoviários estão trabalhando, o funcionalismo está trabalhando. Eles vão ter de dizer o porquê e explicar isso daí. Os vereadores querem entender isso aí, e eu sou um junto aos demais 35 que querem compreender isso. Por isso encaminhamos favorável este requerimento para que a gente possa discutir e para que eles também possam vir aqui falar, Ver. Mauro Pinheiro, a Casa está aberta para eles, Pablo Melo. Eles que venham aqui dizer o porquê de não terem dinheiro para pagar salário, mas os repasses estão sendo feitos; inclusive, neste ano, parece, repassaram R\$ 16 milhões. Aí, o que eles fizeram com esse dinheiro, eles vão ter de explicar. Então, faço o encaminhamento favorável ao requerimento do Ver. Oliboni pela bancada do PT.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar o para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, demais vereadores, vereadoras e público que nos assiste pela TVCâmara; este é um assunto importantíssimo para se discutir na Câmara de Vereadores: o transporte público, a mobilidade urbana. Eu tenho alertado aqui, por diversas vezes, que essa é uma pauta bastante complexa e, ao longo dos anos, vem se agravando, não só na cidade de Porto Alegre, mas também no Brasil inteiro - o problema do transporte público. Eu acho que é uma oportunidade, e aí é uma demonstração dos vereadores desta Casa, Ver. Aldacir Oliboni, que é o proponente dessa Comissão Especial, de que, aqui, os vereadores não têm esse problema de oposição e situação, esquerda e direita; quando a pauta é interessante, e o projeto é bom, os vereadores concordam e votam. Eu votarei com V. Exa. a favor deste requerimento para que se faça a discussão do transporte público. Mas a noção que eu tenho e o que espero dessa comissão... Não sei se eu farei parte ou não da Comissão Especial, são 12 vereadores, espero poder fazer parte desta comissão, porque nós precisamos discutir o todo do transporte público, da mobilidade urbana. Nós sabemos das dificuldades que o transporte público tem passado em todo País. O Estado do Rio de Janeiro, nos últimos dias, está com um verdadeiro caos no transporte público; e, em Porto Alegre, ainda estamos conseguindo levar, tivemos esse problema agora, nesses últimos dias, com uma empresa, a Trevo. É importante, sim, averiguar o que levou a essa questão, a esse problema, e eu tenho certeza de que o governo, o Executivo, junto com a EPTC e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, fará essa averiguação. Nós aqui precisamos discutir fórmulas para que o transporte público seja mais eficiente e mais barato; é o que todos nós queremos: eficiência por um preço menor. Agora, como buscar isso? Como buscar um melhor atendimento à população, inclusive buscando um trabalho das empresas mais eficaz para que o cidadão possa ser bem atendido e possa deixar seu carro na sua casa? Nós sabemos dessa dificuldade e sabemos que, mais do que isso, talvez o Município e a Câmara de Vereadores não tenham as possibilidades, porque precisarão de leis federais e de apoio do governo federal. Então, acredito que nós podemos buscar, sim, esses indicativos, de forma unânime nesta Casa, inclusive recursos federais, porque nós sabemos que, hoje, quem paga o transporte, principalmente, o coletivo de ônibus é o trabalhador, é o usuário que paga a maior parte dessa conta. E sabemos também que Porto Alegre tem mais de 30% de isenções. Nós vamos manter essas isenções? Quem vai pagar essas isenções, Ver. Oliboni? É o trabalhador? É o usuário? É o poder público? É o Município? É o governo federal? O que não dá é aquelas pessoas, principalmente o trabalhador autônomo, aquele trabalhador que muitas vezes nem carteira assinada tem, Ver. Gilson, que pega ônibus para vir para o Centro, para trabalhar ali, muitas vezes num trabalho de recursos escassos, ainda pagar uma passagem mais cara porque nós temos isenções, várias

isenções, que acabam sendo pagas por esse cidadão. Então, é essa discussão que nós temos que fazer aqui na Casa. Uma outra discussão, e já está aqui o projeto de lei, que tem que fazer parte dessa discussão é da empresa Carris. A Carris é uma empresa pública que nós sabemos que eleva o preço da passagem do ônibus na cidade de Porto Alegre. O que nós queremos? Nós queremos uma empresa pública que onera o cidadão, o usuário ou nós queremos um serviço público de qualidade, prestado por uma empresa privada? É uma outra discussão que será feita, e acredito que este pode ser o palco dessas discussões, que possamos discutir qual o tipo de sistema de transporte que nós queremos para a cidade de Porto Alegre. Eu, particularmente, quero um transporte que seja público, não necessariamente estatal, eficaz, barato e que sirva à população da nossa Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Todo mundo sabe que a questão do transporte é um tema que é de interesse também do meu mandato, e eu concordo com as afirmações que foram feitas. O modelo de transporte público na cidade de Porto Alegre faliu. Infelizmente ele faliu e, no meu entendimento, justamente, porque se pretende, se reserva mercado para que algumas empresas possam operar. Se a gente for parar para pensar no sistema de transporte público da nossa cidade, na verdade, nós punimos todos os empreendedores que gostariam de oferecer para nós um serviço mais barato, mais eficiente, mais confortável, em defesa das empresas que nós todos aqui reclamamos da sua qualidade, da sua capacidade de transportar as pessoas com qualidade, com eficiência e com preço justo. Isso por quê? Porque historicamente acabou acontecendo uma reserva de mercado que foi dada de maneira precária para algumas empresas, nós sabemos, dos barões do transporte público, que por muitos anos acabaram operando no Município de Porto Alegre, e, quando houve as manifestações de 2013, muitas pessoas saíram às ruas manifestando a sua insatisfação, uma insatisfação que, como eu costumo dizer, nem as pessoas sabiam expressar exatamente pelo que era. Aconteceram as manifestações em função do aumento da passagem, mas aquelas manifestações acabaram sendo muito confusas, porque, além da passagem, havia muitas outras reivindicações - combate à corrupção, combate a privilégios e outras questões que a sociedade via como sendo também um problema. E aquelas manifestações que surgiram em função do aumento da passagem de ônibus acabaram tendo um efeito colateral ruim para a cidade. Porque, como não era muito clara qual era a intenção da manifestação, mas ela culminou com a manifestação em função do aumento da passagem, a alternativa que foi apresentada pelo poder público como solução para as manifestações, como resposta às manifestações, foi a licitação do transporte público na cidade de Porto Alegre - o que parecia ser bom! Parecia ser bom, mas, por outro lado, analisando o que acabou acontecendo,

infelizmente nós acabamos garantindo aquilo que nós sempre condenamos: a reserva de mercado para aquelas empresas que nós criticávamos. Então, se nós tínhamos a impressão de que existiam barões do transporte público na cidade de Porto Alegre, após a licitação, isso foi legalizado e se tornou algo institucionalizado na cidade de Porto Alegre. Lembro que o Ministério Público fazia muita pressão para que as licitações acontecessem, justamente por conta da insatisfação, mas essa licitação acabou, primeiro, garantindo um contrato de 20 anos para aquelas empresas que nós já criticávamos, e dentro do contrato tem uma cláusula que garante a lucratividade do negócio. Nós, literalmente, temos, na cidade de Porto Alegre, as empresas de ônibus licitadas, consorciadas e também a Carris, a Prefeitura está obrigada a garantir o lucro dessas empresas. Qualquer empreendedor sabe que qualquer empreendimento tem risco. Na cidade de Porto Alegre, por conta dessa licitação que foi forçada em função de uma postura do Ministério Público, que entendeu que esse era o anseio, essa resposta deveria ser dada para a sociedade, nós temos um contrato que garante o lucro das empresas de ônibus do Município de Porto Alegre. Isso é um absurdo! Eu entendo que, de maneira oposta ao que acontece hoje, nós deveríamos, na verdade, garantir a liberdade para que as pessoas pudessem empreender nesse meio para que cada um buscasse a redução do custo ou a melhoria da qualidade, de acordo com a sua capacidade ou o seu entendimento. Se eu sou uma pessoa que entende que prefere pagar mais barato para andar num ônibus sem ar-condicionado, eu deveria ter o direito de escolher andar num ônibus mais barato e sem ar-condicionado. Hoje eu não tenho direito, eu tenho que pagar a passagem cara como se tivesse ar-condicionado, porque um dia a licitação disse que todos os ônibus têm que ter ar-condicionado, então eu, que quero andar num ônibus mais barato, não tenho o direito de andar num ônibus mais barato que não possua todos os itens de conforto, que eu entendo que é o melhor para mim. A solução que nós vemos para isso, infelizmente, vai no sentido de termos que romper o contrato com essas empresas que ganharam uma licitação no passado, porque não tem mais sentido, tanto que estamos entrando no ponto de não se ter nem mesmo a garantia da operação dessas empresas, como aconteceu recentemente com a falta de óleo *diesel* para a frota continuar andando. E, como alternativa, inclusive como forma de gerar emprego e renda para a nossa cidade, não precisa ter cobrador; se cada cobrador puder comprar uma *van* para colocar no trecho, ele vai empreender, ele vai ser o próprio patrão, vai ganhar muito mais dinheiro e vai estar ajudando a cidade com mobilidade, com muito mais eficiência do que hoje oferecem essas empresas que nós sabemos que ganharam, no passado, uma licitação que não se sustenta a longo prazo, e que, infelizmente, todos nós, em alguma medida, acabamos pagando a conta. Só para encerrar, um tema que eu gosto muito - e gosto muito da questão mobilidade - é a questão das isenções. Vamos só fazer uma suposição aqui com os colegas que estão prestando atenção no que eu estou falando. Não sei se os senhores perceberam, mas, dentro do espectro do Município, nós somos o Estado. O Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Claudio Janta, o Ver. Felipe Camozzato, o Presidente - nós somos o Estado, nós somos a Câmara de Vereadores. O prefeito é o segundo poder e o Judiciário é o terceiro poder. Somos nós que dizemos quem tem direito à isenção e quem não tem direito à isenção no Município de Porto

Alegre. Só que como é que é dada essa isenção, hoje? Não é: "Ah, nós dissemos que o Joãozinho tem direito à isenção e nós vamos custear a isenção do Joãozinho." Não! Nós falamos: "O Joãozinho tem direito à isenção; os outros paguem mais caro para o Joãozinho ter isenção." Uma proposta que eu levei ao Executivo, que é muito importante e acaba inclusive com o choro dos empresários, é a de que quem garante a isenção tem que encontrar uma forma de financiamento para bancar a isenção. Por quê? Porque se eu, como Estado, digo que o cidadão tem direito à isenção, eu não posso onerar o outro cidadão, que é tão coitado quanto ele, pegando ônibus. Eu tenho que garantir o financiamento para que ele pegue ônibus de graça. Porque, afinal, somos nós que dissemos que ele tem direito a andar de graça. Então, isso está sendo abordado pelo prefeito, tenho certeza de que vai ter alguma operação nesse sentido, mas, só para encerrar, a minha opinião é de que esse modelo faliu, nós devemos romper esses contratos, liberar para que cada cobrador e motorista possa colocar o seu ônibus no trecho, garantindo inclusive mais dignidade para ele e mais liberdade para empreender na cidade. É o meu ponto.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/210, como coautor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estou escutando atentamente as intervenções, eu estou vendo que o meu camarada e amigo Ver. Pedro Ruas também presta atenção nas intervenções. Ver. Pedro Ruas, eu estou te olhando aqui, eu fico impressionado, é difícil entender o raciocínio de alguns vereadores, não é? Eu não vou citar nomes, mas vejam que nós temos uma crise no sistema de transporte, é evidente; mas aí eu vejo vereadores da base do governo fazerem intervenções do tipo: "Não! Vamos romper o contrato..." E sou a favor de romper os contratos também. Eu sou a favor de romper os contratos porque os empresários privados estão rompendo o contrato. Então, eu sou a favor de proteger o poder público, que está sendo desrespeitado. A Trevo é uma expressão disso, essas empresas privadas que não colocam ônibus ou que reduzem a quantidade de ônibus para servir a população, aumentando o preço. Mas daí eu vejo vereador da base do governo que engrossa a voz, ataca os empresários, mas vota sempre com o governo e vota com o governo que isenta os empresários de pagar imposto, que permite que os empresários façam o que bem quiserem. Os empresários de ônibus estão fazendo o que bem entendem na Prefeitura. E o prefeito está lá, avalizando aumento de tarifas. E esses vereadores aí falam contra os empresários. Ou então, dizem assim: "Não! Vamos romper contrato e cada motorista coloca o seu ônibus..." Como se cada motorista tivesse um ônibus para colocar. Tem gente que quer ser tão neoliberal que defende, no transporte, a anarquia completa, cada

um vai como quiser, paga o que quiser, uns vão a pé, outros vão de bicicleta, outros vão de moto, não tem nenhuma regulamentação. É inacreditável o que se escuta sobre transporte aqui, e nós do PSOL, que temos uma certa tradição, porque só teve licitação em Porto Alegre em 2015, uma licitação malfeita, mas teve, porque o PSOL lutou muito contra o fato de que os empresários privados dominavam o sistema de transporte sem sequer ter regras para que eles obedecessem. Não tinha nem regra, não tinha nem contrato, não tinha licitação, então se conseguiu a licitação. E agora, com a licitação se pode ver como eles descumprem inclusive o que foi licitado. Infelizmente, o governo Marchezan... A licitação foi 2015, aí já entrou o Marchezan, que tinha como objetivo atacar a Carris, porque esse foi o objetivo do Marchezan, a obsessão do Marchezan foi atacar a Carris, que era a única empresa que poderia regulamentar, regular, proteger o sistema. Aí o Marchezan perdeu a eleição, não foi nem para o segundo turno, entra o Melo, e a obsessão do Melo agora é atacar a Carris também, privatizar a Carris, o mesmo programa do Marchezan. Teve um ponto só que é incrível, que o Melo não pega do Marchezan, e o Marchezan não lutou por um projeto que em parte era dele, porque foi elaborado no governo dele, que era um bom projeto - o único bom projeto que o Marchezan fez para o transporte - Pedro Ruas, tu não eras vereador -, ele tinha que ser costurado melhor, mas eu apresentei agora um projeto de lei que tem uma parte baseada na elaboração do secretário Rodrigo Tortoriello num estudo da EPTC, e é um bom projeto baseado em estudos do próprio governo, baseado na iniciativa popular em Curitiba que prevê esse pagamento, essa distribuição no pagamento do tributo, em vez de fazer um sistema sustentado por tarifa, fazer ele ser sustentado por um tributo pago pelos empresários e não pelos trabalhadores mais pobres como ocorre hoje. Era o único bom projeto do Marchezan. Na Câmara, na legislatura passada, foram dois votos a favor do projeto do Marchezan, nem os vereadores do PSDB lutaram por esse projeto. Eu e o Ver. Alex Fraga, votamos a favor do projeto, e eu dizia desde o início que o governo Marchezan não queria de fato aprovar esse projeto, que ele tinha colocado um bom projeto para que a imprensa falasse bem dele, e de fato teve uma boa repercussão porque era um projeto que de uma certa forma revolucionava o sistema, porque ele garantia a redução do preço da passagem, tinha subsídio, sim, mas tem subsídio porque o governo está pagando os empresários sem exigir nada em troca, e é isso que está ocorrendo hoje. Hoje, está-se pagando os empresários sem exigir nada em troca, e ao mesmo tempo ameaçando a privatização da Carris, fortalecendo ainda mais o setor privado. É incrível isso, eu estou realmente espantado com esse nível da Câmara, eu confesso a vocês, eu acho que nós temos que encarar o tema do transporte de modo sério. Tem uma crise? Tem uma crise, mas como se resolve a crise? E eu sustento inclusive, não é uma proposta do PSOL, é uma elaboração da cidade, a CUTHAB debateu a questão, e, quando fizemos o debate na CUTHAB, ficou evidente que não é possível o sistema de transporte ser sustentado sendo baseado na tarifa, porque olha o preço que está a tarifa, e mesmo assim, de fato, há problemas para sustentar o sistema. Há problemas, eu reconheço que há problemas para sustentar o sistema, razão pela qual eu reconheço que há necessidade de subsídios, mas eu gostaria de subsidiar o sistema cem por cento público. Hoje, o nosso sistema não é cem por cento público, a Carris é

responsável por 22%, 23% do serviço atualmente. Eu gostaria que fosse cem por cento, mas para que seja cem por cento, se necessita investimento no público. O governo sempre alega que está gastando muito com a Carris, Ver. Ferronato, mas o que o governo não diz é que em parte esse maior gasto com a Carris é porque a Carris comprou 82 ônibus novos, coisa que as empresas não fazem, as empresas privadas não compram ônibus novos. Precisa-se equipar melhor a Carris para que a Carris possa servir mais, e o governo Melo está na contramão disso. O que está ocorrendo neste momento exato? Neste momento exato está ocorrendo uma política de as empresas privadas mostrarem ainda mais a sua cara, de boicotar mais ainda o serviço público, de tirar mais lucro ainda, então eles não prestam o serviço para o qual foram contratados, o sistema de transporte está abarrotado, as linhas não são cumpridas, os horários estão mais dilatados... O setor privado está vendo que o governo Melo é um serviçal dos seus interesses. Essa é a verdade, hoje em dia é um serviçal dos seus interesses. E nós queremos, sim, fortalecer a Carris, queremos uma passagem mais barata, e para que nós tenhamos uma passagem mais barata, nós precisamos ter um plano, e esse plano passa por ter tributação no transporte e não por ter tarifa, porque não é possível que as 200 mil pessoas que pegam o ônibus em Porto Alegre, que são obrigadas a andar de ônibus, sustentem esse sistema, isso não é factível. Por isso tem que se debater seriamente. Existem propostas na Casa que melhoram o serviço, e nós precisamos discutir essas propostas e não fazer intervenções genéricas, como se não fosse base de um governo que é um governo que infelizmente está servindo aos interesses das empresas privadas e tratando de destruir a Carris.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente, apenas rapidamente para fazer o registro. Ver. Robaina, colega Robaina, a gente tem uma boa relação, eu notei que ele comentou no início da sua manifestação sobre as reações do nosso colega Pedro Ruas às manifestações dos colegas, em tom de brincadeira. Eu também, se estivesse com a câmera ligada teria tido reações no mínimo interessantes aqui enquanto o Ver. Robaina estava falando. Não concordo com as frases de efeito do Ver. Robaina, que, no início, disse que o governo Marchezan tratou de só atacar a Carris, só atacar a Carris. Ver. Robaina, se o saneamento e o equilíbrio das contas conseguidos no governo Marchezan é atacar a Carris, então ou eu não sei o significado da palavra atacar, ou quer que ataque a Carris, porque se cada administrador sanear as contas da Carris, reinvestir e fazer o que tem que ser feito, se isso é ruim, na sua visão, aí... E aí o que eu acho engraçado, falo sobre a minha reação à fala do Ver. Robaina, é que ele fala no secretário Tortoriello, que é o sobrenome do secretário de mobilidade do nosso governo, competentíssimo secretário, e diz que a sua proposição é cópia, ou inspirada, ou baseada numa proposição do governo Marchezan! Eu entendi

com muita inteligência, Ver. Robaina, suas ponderações, mas se V. Exa. acha interessantes as intervenções dos colegas, eu peço aqui que respeitosamente compreenda, porque nós temos que compreender as suas intervenções também, as suas bandeiras com toda a liberdade que V. Exa. tem de defendê-las. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadores, meu caro Ver. Moisés Barboza por quem eu tenho respeito e admiração, quando o Ver. Robaina se dirigiu a mim, foi no sentido de que ele me conhece muito bem, nós lutamos juntos bastante na questão do transporte coletivo. Eu tenho uma luta desde os anos 1980, no meu primeiro mandato, quando fiz a lei do troco, quando depois criamos o transporte hidroviário que nunca foi utilizado porque os empresários de ônibus não deixaram, porque nós temos acúmulo de experiência - e respeito a posição de cada vereador, de cada vereadora, mas temos experiência no tema - e vou direto ao tema, por sinal: esse episódio da Trevo mostra o descontrole que tem o Poder Executivo sobre o serviço que é público e delegado. Então imagine, não há argumento mais forte contra a privatização da Carris do que o comportamento da Trevo. Imaginem se os donos da Trevo forem os donos da Carris, o que eles farão, porque a Carris foi a única alternativa que teve agora a população de Porto Alegre para continuar exercendo o direito constitucional de ir e vir. Se não fosse a Carris, não haveria mais nada, porque os empresários fazem o que querem há dezenas de anos. Isso não foi inventado pelo Melo e nem pelo Marchezan, eles fazem há dezenas de anos o que querem em Porto Alegre e não dão resposta para nada. Eu vou colocar um dado para vocês. Quando eu e a Fernanda Melchionna éramos vereadores, fizemos uma ação junto com o Roberto Robaina, com a Luciana Genro, a famosa ação judicial de 2013, que, pela primeira vez em Porto Alegre, diminuiu o custo da tarifa, junto com o movimento popular que estava na rua, o Bloco de Lutas, como disse a Karen Santos hoje aqui, eu descobri coisas incríveis, que eles colocavam, no preço da tarifa, o custo da frota reserva: o custo de um pneu que não rodou, de um banco onde ninguém sentou, de uma carroceria que nunca saiu da garagem... Mas eu descobri, Presidente Márcio Bins Ely, mais que isso, eu descobri que a frota reserva sequer existia, em 2013 já era virtual. Era virtual, ela não existia, não havia, fisicamente, ônibus. Por isso, nós ganhamos, por isso nós fomos vitoriosos.

Então, eles devem muitas respostas, eles ganharam durante anos. Tem empresa de ônibus no serviço público, uma concessão pública, que entra em inventário, lamentavelmente, como é a vida, quando falece algum proprietário. Mas é uma concessão pública, e entra em inventário! Como é que esses empresários de ônibus da ATP, eles gerenciam, ou gerenciaram durante um bom tempo, não sei se isso parou agora, o sistema de bilhetagem da Trensurb, que é empresa federal? Isso rende uma

fortuna, uma fábrica de dinheiro. Eles gerenciam o sistema de bilhetagem da Trensurb, empresa federal.

Então, dinheiro é o que não falta para essa gente, o que eles estão fazendo é um nocaute, um nocaute criminoso, criminoso, porque eles mentem que não tem o *diesel*, claro, se não vai lá comprar, não tem, eles não foram comprar; mentem que não podem pagar os trabalhadores, eles não pagam porque não querem, têm que ser acionados judicialmente, tem que pegar pesado. E não pode aproveitar essa pauta no sentido errado. Ora, querer aproveitar para dizer que cobrador deve ser demitido para ser empreendedor. Cobrador demitido vai ser desempregado, não vai ser empreendedor. É isso que vai acontecer, é um crime contra os trabalhadores. Tem que ver que o episódio Trevo mostra o que é a iniciativa privada, nessa máfia do transporte coletivo, que quer também tomar a Carris, que quer pegar o filão Carris, para deixar a sociedade completamente refém dos seus interesses, porque eles ainda têm o temor da Carris. Porque, se eles param tudo, a Carris vai dar um jeito. Mas se não houver a Carris, pública, ninguém vai dar jeito algum.

Então nós temos que ter essa consciência de ver, nos episódios que estão ocorrendo, o que realmente são lições para o benefício de Porto Alegre. Cumprimento o Ver. Oliboni por esta iniciativa, e tive a honra, com tantos vereadores e vereadoras, de ser também coautor. Nós temos aí uma Comissão Especial, que pode, sim, analisar profundamente o que acontece em Porto Alegre e os crimes que esses empresários de ônibus cometeram ao longo, repito, de décadas na nossa capital. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barbosa solicita votação nominal para o Requerimento n° 039/21.

Vereador Claudio Janta (SD): Ver. Moisés, nós temos um acordo, com todos os partidos, para que seja somente por votação simbólica. Se o senhor puder tirar a solicitação de votação nominal.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Retiro o requerimento para a votação nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento n° 039/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Submeto à apreciação do plenário o requerimento de retirada da priorização do meu projeto, PLL n° 222/16, estamos construindo uma emenda com o governo. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Seis Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal. Não há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Constatada a inexistência de quórum deliberativo, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h22 min.)

* * * * *